

**CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS  
DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS  
ATA DA 94ª REUNIÃO**

**Data:** 13 de junho de 2007, das 10h00 às 18h00.

**Local:** Auditório da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, em Brasília-DF.

**REPRESENTANTES:**

1. Ministério do Meio Ambiente - SRHU: Julio Thadeu Silva Kettelhut - Conselheiro (julio.kettelhut@mma.gov.br);
2. Ministério da Justiça: Carlos Hugo Suarez Sampaio - Conselheiro (hugo.suarez@mj.gov.br);
3. Ministério da Integração Nacional: Paulo Roberto Soares Jr. (paulorsjunior@yahoo.com.br);
4. Ministério das Cidades: Valdemar Araújo - Conselheiro (valdemar.filho@cidades.gov.br);
5. Ministério do Meio Ambiente - ANA: Maurício Abijaodi Lopes de Vasconcellos (mauricio.lopes@ana.gov.br);
6. Ministério de Minas e Energia: Marina Scalón (marina.scalon@mme.gov.br);
7. Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos - Espírito Santo e Minas Gerais: ausência;
8. Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos - Rio de Janeiro e São Paulo: Neusa Maria Marcondes Viana de Assis (sma.neusaa@cetesbnet.sp.gov.br);
9. Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos - Bahia e Ceará: Larissa Cayres de Souza (lcayres@semarh.ba.gov.br);
10. Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos - Sergipe e Piauí: Breno Bergson Santo (brenobergson@hotmail.com);
11. Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Sonáli Cavalcanti Oliveira (sonali@chesf.gov.br);
12. Indústrias: Christina Aires Corrêa Lima (ccorrea@cni.org.br);
13. Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com Finalidade de Lazer e Turismo: Wilson de Azevedo Filho (azefilho@hotmail.com);
14. Comitês: Marcus Vinicius Lopes da Silva (cbhmogi@terra.com.br);
15. Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Donizete Tokarski (donizete@ecodata.org.br);
16. Organizações Não Governamentais: Ninon Machado de Faria Leme Franco - Conselheira (ninon@institutoipanema.net);
17. Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Gilberto Valente Canali (gvcnali@uol.com.br).

**DEMAIS PRESENTES:**

- Marta Regina Von Borstel Sugai - COPEL (martha.sugai@copel.com);
- Giordano Bruno Bomtempo de Carvalho - ANA (giordanobruno@ana.gov.br);
- Roberto Alves Monteiro - SRHU/MMA (roberto.monteiro@mma.gov.br);
- Sebastião Domingos de Oliveira - DNPM/MME (sebastiao.oliveira@dnpm.gov.br);
- Gilberto Gonzaga - Abinam (ggonzaga@terra.com.br);
- João Clímaco Filho (Conselheiro) - Fonasc (climaco@uai.com.br);
- Thereza Christina Pereira Castro (Conselheira) - ONG (tcspcastro@yahoo.com.br);
- Rodrigo Fraga Massad - Ministério das Cidades (rodrigo.massad@cidades.gov.br);
- Emanuel Teixeira de Queiroz - DNPM/MME (emanuel.queiroz@dnpm.gov.br);
- Leonardo Mitre Alvim de Castro - ANA (mitre@ana.gov.br);
- Ariadne Mansú de Castro - ANA (ariadne.castro@ana.gov.br).

**RELATOR:**

- Marco Antônio Amorim - SRHU/MMA (marco.amorim@mma.gov.br).

**ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

Às dez horas do dia treze de junho de 2007, no Auditório da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano - SRHU/MMA, em Brasília-DF, iniciou-se a 94ª Reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL, do Conselho Nacional de Recursos

55 Hídricos - CNRH, para tratar da pauta conforme **Anexo I. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut**  
56 (SRHU/MMA), Presidente da CTIL, saudou os presentes, solicitou que os mesmos se  
57 apresentassem e declarou abertos os trabalhos. **Item 1 - Informes:** o **Sr. Julio Thadeu**  
58 **Kettelhut** (SRHU/MMA) informou que no dia 14 de junho de 2007 realizar-se-ia a XVII  
59 Reunião Ordinária do CNRH. Informou também que, no dia 31 de maio de 2007, em Ribeirão  
60 Preto-SP, durante a abertura oficial da Semana do Meio Ambiente, foi inaugurado o Centro de  
61 Referência do Aquífero Guarani Celso Peticarrari. O **Sr. João Clímaco** (ONG) reconheceu  
62 que na 93ª reunião da CTIL se equivocou ao mencionar que as quatro audiências públicas  
63 acordadas com antigo Secretário da SEMARH-RN, Sr. Josemá Azevedo, referiam-se ao  
64 processo de implementação do Comitê Piranhas-Açu ao invés do processo de apresentação do  
65 Programa de Desenvolvimento Sustentável e Convivência com o Semi-árido Potiguar à  
66 sociedade civil e aos movimentos sociais locais, conforme havia sido registrado na ata da XVI  
67 Reunião Ordinária do CNRH. **Item 2 - Aprovação da ata da 93ª reunião da CTIL:** a ata da  
68 93ª reunião foi aprovada com alterações propostas por: **Sr. Carlos Hugo Suarez** (MJustiça) e  
69 **Sra. Ninon Machado** (ONG), a última entregue por escrito. **Item 3 - Apresentação e**  
70 **debates para a análise do tema da representatividade nos processos eletivos para o**  
71 **CNRH:** o **Sr. Marco Amorim**, relator da CTIL, disse que entrara em contato com a Sra. Laís  
72 Mourão e a Sra. Lúcia Avelar, ambas da UnB, mas que não obteve êxito para que houvesse a  
73 apresentação para esta reunião da CTIL. Por sua vez, o **Sr. Valdemar Araújo Filho**  
74 (MCidades) disse que, em função das diárias limitadas do Governo Federal, seria difícil trazer  
75 seus indicados para realizar a apresentação. **Item 4 - Encaminhamentos sobre o tema**  
76 **representatividade:** dado a dificuldade de trazer novos palestrantes, o **Sr. Julio Thadeu**  
77 **Kettelhut** (SRHU/MMA) sugeriu que a CTIL avançasse na elaboração de um documento  
78 abordando o tema representatividade. Para isto, sugeriu a criação de um grupo de trabalho.  
79 Acrescentou que, na sua opinião, os seguintes princípios básicos deveriam ser considerados  
80 para a representatividade no CNRH: transparência, publicidade, descentralização e  
81 participação democrática. Continuou opinando que, com relação aos CERHs, deveriam ser  
82 aptos a participar no CNRH somente aqueles efetivamente ativos. Já com relação aos  
83 Usuários de Recursos Hídricos, deveriam exercer o direito de voto apenas aqueles com  
84 cadastro/outorga de uso de recursos hídricos, o que, no entanto, não impediria que  
85 Confederações fossem eleitas por estes usuários. Por sua vez, com relação as Organizações  
86 Civis de Recursos Hídricos, deveriam exercer o direito de voto somente aquelas previamente  
87 cadastradas no CNRH. Por último, apontou que o *site* do CNRH deveria dispor de espaço  
88 para que os Conselheiros e/ou seus representantes divulgassem informações aos seus  
89 representados. A **Sra. Sonáli Oliveira** (Concessionárias) e a **Sra. Christina Lima** (Indústria)  
90 disseram que suas instituições prezam pela preparação dos seus representantes e pela posterior  
91 divulgação dos fatos ocorridos nos Conselhos de que participam. A **Sra. Ninon Machado**  
92 (ONGs) destacou a necessidade de revisão da Resolução CNRH nº 14 e do CNRH adotar um  
93 processo eleitoral semelhante ao realizado pelo CONAMA, através da instituição de um  
94 cadastro de entidades aptas a participarem do processo eleitoral, o que, para ela, evitaria votos  
95 por procurações de entidades com atuação desconhecida pelo SINGREH. Sugeriu também a  
96 possibilidade de realizar eleições por meio eletrônico. O **Sr. João Clímaco** (ONGs)  
97 posicionou que o processo eleitoral do CNRH deveria garantir a capilaridade, a universalidade  
98 e a representatividade das organizações com interesse em recursos hídricos. Alertou que  
99 muitas comunidades que trabalham a preservação dos recursos naturais não têm acesso a  
100 tecnologia e que a idéia de entidades ambientalistas estabeleceria mercados políticos  
101 paternalistas e cooperativistas. Por último, lembrou a necessidade de cada segmento expor a  
102 sua visão sobre o modelo de representatividade no CNRH. A **Sra. Sonáli Oliveira**  
103 (Concessionárias) lembrou que a Sra. Patrícia Boson (Indústria) havia elaborado um  
104 questionário tratando do tema representatividade e sugeriu que este documento fosse  
105 resgatado. Por sua vez, a **Sra. Ninon Machado** (ONGs) disse que a Sra. Maria Manuela  
106 Moreira, da SRHU, tem trabalhado o tema representatividade no SINGREH, o que,  
107 juntamente ao resgate do questionário mencionado pela Sra. Sonáli Oliveira  
108 (Concessionárias), poderia ser o ponto de partida das atividades do GT. Após as

109 manifestações, foram acordados os seguintes encaminhamentos: i) na próxima reunião da  
110 CTIL seria concedido quinze minutos para que cada um dos seis Usuários de Recursos  
111 Hídricos e cada uma das três Organizações Cíveis Recursos Hídricos expressassem seus pontos  
112 de vista sobre a representatividade nos processos eletivos do CNRH, sendo que, se houvesse  
113 interesse de mais de um Conselheiro fazer o uso da palavra, o tempo seria dividido em frações  
114 iguais. Por não serem objeto de escolha por processo eleitoral, o Governo Federal e os  
115 Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos não fariam apresentações; ii) criação do Grupo de  
116 Trabalho sobre Representatividade com objetivo de elaborar um documento inicial sobre  
117 representatividade nos processos eletivos do CNRH. O Grupo será composto de cinco  
118 integrantes: um representante de cada segmento do CNRH - Governo Federal, Conselhos  
119 Estaduais de Recursos Hídricos, Usuários de Recursos Hídricos e Organizações Cíveis  
120 Recursos Hídricos - mais a Secretaria Executiva do CNRH. As indicações dos integrantes do  
121 GT seriam acordadas entre os segmentos e comunicadas a Secretaria Executiva do CNRH até  
122 o dia 22 de junho de 2007. Os representantes do segmento dos Usuários de Recursos Hídricos  
123 presentes na reunião indicaram a CNI, através da Sra. Maria Luíza Werneck e da Sra. Cristina  
124 Yuan, como integrante do GT. Como atividade inicial, o GT deveria definir a estratégia de  
125 elaboração do documento e de seus princípios básicos. **Item 5 - Análise da proposta de**  
126 **Resolução que “estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da**  
127 **cobrança pelo uso de recursos hídricos, para o exercício de 2008”**, **encaminhada pela CT**  
128 **de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTCOB**: Convidado a apresentar a matéria,  
129 o **Sr. Giordano Carvalho**, da ANA, primeiramente disse que a Resolução CNRH nº 70  
130 estabeleceu procedimento de consulta aos CERHs, órgãos gestores e comitês de bacia  
131 hidrográfica de rios de domínio da União para que o CNRH estabelecesse as prioridades para  
132 aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos referentes a  
133 Fonte 134. Em seguida, apresentou o “Relatório Resolução CNRH nº 70 - Ações Priorizadas  
134 em 2007” (**Anexo II**), que foi elaborado pela ANA a partir das informações que foram  
135 recebidas após o processo deflagrado pelo Ofício Circular nº 021/2007/CNRH/MMA (**Anexo**  
136 **III**). O **Sr. Giordano Carvalho**, da ANA, informou que, apesar do dia 30 de abril de 2007 ter  
137 sido o limite para envio das informações, foram aceitas aquelas recebidas até o dia 14 de maio  
138 de 2007. Informou ainda que, das 22 informações recebidas, quatro não foram acatadas por  
139 terem sido encaminhadas por comitês de bacia hidrográfica de rios de domínio estadual. Em  
140 sequência, citou os sete sub-programas do PNRH que receberam mais indicações para serem  
141 priorizados: i) *despoluição de bacias hidrográficas*; ii) *planos de recursos hídricos e*  
142 *enquadramento de corpos de água em classes de uso*; iii) *metodologias e sistemas de outorga*  
143 *de direitos de uso de recursos hídricos*; iv) *capacitação e educação, em especial ambiental,*  
144 *para a gestão de recursos hídricos*; v) *apoio à organização de Sistemas Estaduais de*  
145 *Gerenciamento de Recursos Hídricos - SEGRHs*; vi) *aplicação de instrumentos econômicos à*  
146 *gestão de recursos hídricos*; e vii) *sustentabilidade econômico-financeira da gestão de*  
147 *recursos hídricos*. Por fim, disse que já havia uma aderência das atividades desenvolvidas  
148 pela ANA no ano de 2007 e os sub-programas do PNRH mais indicados para serem  
149 priorizados. Abertos os debates, o **Sr. Wilson Azevedo Filho** (Pescadores e Usuários de Água  
150 p/ Lazer e Turismo) apontou que, através da metodologia apresentada, alguns sub-programas  
151 do PNRH nunca seriam apontados como prioritários e obteve a resposta do Presidente da  
152 CTCOB, Sr. Rodrigo Carvalho, presente naquele momento da reunião, de que a metodologia  
153 adotada foi aprovada pelo CNRH através da Resolução CNRH nº 70, e assim, que qualquer  
154 mudança metodológica deveria ser submetida a apreciação do CNRH. A **Sra. Martha Sugai**  
155 (COPEL) questionou se os conselhos e comitês que não responderam a consulta seriam  
156 contemplados com recursos e obteve a resposta de que não havia vinculação entre a consulta e  
157 a destinação dos recursos, e sim, que a consulta se limitava ao estabelecimento de prioridades  
158 de políticas públicas. Em seguida, a **Sra. Martha Sugai** (COPEL) opinou que, para ela, não  
159 havia problema em considerar as respostas que foram encaminhadas diretamente por comitês  
160 de bacia hidrográfica de rios de domínio estadual e foi mais uma vez esclarecida que a  
161 Resolução CNRH nº 70 não prevê consulta a estes comitês. O **Sr. Gilberto Canali** (OTEP)  
162 questionou qual objetivo da consulta e do relatório apresentado sendo esclarecido de que as

163 prioridades ali determinadas balizariam a decisão do CNRH sobre a definição das prioridades  
164 de aplicação dos recursos da Fonte 134 pela ANA, no caso para o exercício 2008, conforme  
165 preconiza o §4º do art. 21 da Lei nº 9.984. Em seguida, o **Sr. Gilberto Canali** (OTEP) opinou  
166 que os sub-programas do PNRH demandam ações por vários anos, e desta forma, a  
167 determinação de prioridades anuais prejudicariam as ações de longo prazo. Após as  
168 manifestações, passou-se a análise da proposta de resolução (**Anexo IV**). Primeiramente foi  
169 definido que no art. 1º da proposta seriam elencados todos os sete sub-programas que  
170 receberam mais indicações no processo de consulta aos CERHs, órgãos gestores e comitês de  
171 bacia hidrográfica de rios de domínio da União. O **Sr. João Clímaco** (ONGs) sugeriu a  
172 inclusão de um parágrafo único após o inciso V do art. 1º com objetivo de que o apoio aos  
173 SEGRHs fosse voltado a estruturação de comitês de bacia hidrográfica, com vistas a  
174 participação e a descentralização da gestão de recursos hídricos, proposta que foi rejeitada  
175 pelos presentes na reunião da CTIL. Findos os debates, a forma final da proposta de  
176 resolução, após modificações pertinentes à CTIL, ficou conforme **Anexo V** e foi solicitado  
177 seu encaminhamento para deliberação superior do Plenário do CNRH, com o parecer  
178 favorável desta CTIL. O Sr. Ednaldo Mesquita, relator da CTCOB, informou que, visando  
179 atendimento aos prazos estipulados na Resolução CNRH nº 70, seria providenciado  
180 requerimento de urgência para que a proposta de resolução fosse apreciada pela Plenária do  
181 CNRH no dia 14 de junho de 2007, tendo obtido a concordância de todos os presentes. Antes  
182 de avançar ao item 6 da pauta, o **Sr. Julio Thadeu Kettelhut** (SRHU/MMA) comunicou que  
183 deixou de ser Diretor da SRHU e que, a seu pedido, se afastaria das responsabilidades diretas  
184 do CNRH para se dedicar a novas funções, as quais lhe impedirá de se dedicar ao CNRH  
185 como gostaria. Em seguida, ao fazer um balanço da sua atuação a frente da CTIL e da CTAP,  
186 disse que sempre buscou praticar o fundamento da descentralização e da participação previsto  
187 na Lei nº 9.433/97, procurando dar igual oportunidade de manifestação a todos os  
188 participantes da reunião, sendo eles representantes destas Câmaras ou não, de forma a  
189 encontrar o consenso nos encaminhamentos. Com relação ao CNRH, para ele, um dos  
190 aspectos positivos de maior relevância foi ter conseguido, através das reuniões plenárias, das  
191 câmaras técnicas e dos grupos de trabalho, reunir mensalmente cerca de 250 técnicos  
192 capacitados de todas as partes do Brasil para discutir a gestão de recursos hídricos. Esta ação  
193 do CNRH permitiu ampliar, qualitativamente e quantitativamente, a discussão e a inserção do  
194 tema gestão de recursos hídricos na sociedade (pública e privada), assim como consolidar de  
195 forma objetiva a implementação do SINGREH. Posicionou que, no caso da CTIL,  
196 considerava importante a manutenção da mescla de participação de técnicos e juristas. Por  
197 fim, agradeceu a confiança que foi depositada a ele, assim como o apoio, a amizade e a busca  
198 do consenso ao longo das discussões que foram realizadas nas reuniões da CTIL. Passando ao  
199 **Item 6 - Análise da proposta de Resolução que “estabelece diretrizes gerais para a**  
200 **integração entre a gestão de recursos hídricos e a gestão de águas minerais, termais,**  
201 **gasosas, potáveis de mesa ou destinadas a fins balneários”, encaminhada pela CT de**  
202 **Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR:**  
203 convidado a apresentar a matéria, o Sr. Leonardo Mitre, da ANA, lembrou que a proposta de  
204 resolução começou a ser debatida em setembro de 2005 no âmbito de duas Câmaras Técnicas  
205 do CNRH, CTPOAR e CTAS, tendo sido constituído um GT conjunto destas Câmaras. Este  
206 GT, após oito reuniões, concluiu suas atividades e apresentou seu trabalho final à CTPOAR, a  
207 qual, por sua vez, em reunião realizada no dia 17 de maio de 2007, encaminhou a matéria para  
208 análise pertinente da CTIL. Informou que a matéria não avançou no sentido de instituir a  
209 outorga de uso de recursos hídricos para as águas minerais, mas sim na integração entre o  
210 órgão gestor de recursos minerais e os órgãos gestores de recursos hídricos. Em seguida,  
211 passou a abordar a proposta de resolução (**Anexo VI**) onde apontou a sua finalidade, os  
212 conceitos adotados e a forma de integração e atuação articulada entre o órgão gestor de  
213 recursos minerais e os órgãos gestores de recursos hídricos. O **Sr. Julio Thadeu Kettelhut**  
214 (SRHU/MMA) destacou a importância da matéria e elogiou o esforço da CTPOAR na  
215 elaboração da proposta de resolução. Às 13h30 a reunião foi interrompida para almoço sendo  
216 reiniciada às 15h00, quando, a pedido, o Sr. Ednaldo Mesquita retomou os trabalhos de

análise, artigo por artigo, da proposta de resolução encaminhada pela CTPOAR. Abertas as inscrições, a **Sra. Ninon Machado** (ONGs) primeiramente elogiou o resultado viável e exequível da proposta de resolução e em seguida solicitou esclarecimento se as águas medicinais estariam contempladas na proposta, tendo obtido resposta positiva do Sr. Emanuel Queiroz, do DNPM, que afirmou que todas as águas tratadas no Código Mineral estariam contempladas. Com o argumento de que a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e participativa, conforme fundamento VI do art. 1º da Lei nº 9.433/97, o **Sr. João Clímaco** (ONGs) propôs que fosse incorporado a proposta de resolução uma menção de que as informações deveriam ser repassadas aos comitês de bacia hidrográfica. Para ele, esta iniciativa corroboraria com o fundamento supra-mencionado e estimularia as atividades dos comitês de bacia hidrográfica. Após ampla discussão, foi sugerido a inclusão de um artigo, após o art. 7º, com a seguinte redação: *as informações referidas no art. 7º e no inciso VII do parágrafo único do art. 3º serão disponibilizadas aos comitês de bacias hidrográficas através de mecanismos de consulta a serem instituídos entre estes e o órgão gestor de recursos hídricos correspondente*. O **Sr. Julio Thadeu Kettelhut** (SRHU/MMA) manifestou apoio a sugestão, pois, para ele, como o procedimento ainda não está estabelecido, a menção seria válida para contribuir com a elaboração dos planos de bacia de responsabilidade dos comitês. Em continuação, ressaltou a sua opinião sobre a necessidade de outorga de uso de recursos hídricos para extração das águas minerais, de forma que sejam incluídas no processo de gerenciamento previsto na Lei 9.433/97 e na Constituição Federal de 1988. Por sua vez, as manifestações contrárias do **Sr. Roberto Monteiro** (SRHU/MMA), da **Sra. Marina Scalon** (MME), da **Sra. Neusa Maria Assis** (CERH-RJ/SP), da **Sra. Martha Sugai** (COPEL), do **Sr. Emanuel Queiroz** (DNPM), da **Sra. Christina Lima** (Indústrias) e da **Sra. Sonáli Oliveira** (Concessionárias) convergiram para que a proposta de resolução mantivesse o seu objeto específico de integração de duas diferentes gestões, a de recursos minerais e a de recursos hídricos, e não a integração dos órgãos gestores de recursos hídricos com os comitês de bacia hidrográfica. Além disto, o inc. VII do art. 3º da proposta de resolução garantiria o compartilhamento das informações necessárias aos comitês de bacia hidrográfica. Não havendo consenso, a inclusão do artigo foi colocada em votação. Antes de proceder a votação, o Presidente da CTIL esclareceu que, conforme regra específica estabelecida para o funcionamento da CTIL, estariam aptos a votar somente os presentes que assinaram a lista de presença como Conselheiro ou Representante Legal, o que demonstraria que estes seriam os indicados legais para esta reunião. A **Sra. Ariadne Castro** (ANA) acatou o procedimento, entretanto, manifestou sua discordância, pois, apesar de assinar como convidada, ela era formalmente indicada como representante da ANA na CTIL. Procedida a votação, a inclusão do artigo recebeu três votos favoráveis (SRHU/MMA; Comitês e OTEP) e oito votos contrários (Mjustiça, MME, CERH-RJ/SP, CERH-BA/CE, CERH-SE/PI, Concessionárias, Indústrias, Pescadores e Usuários de Água p/ Lazer e Turismo). Sendo assim, a inclusão do artigo foi rejeitada, porém, foi sugerido que a sugestão do Sr. João Clímaco (ONGs) fosse trabalhada dentro da Resolução CNRH nº 13, ou ainda, a partir de uma nova proposta de resolução que regulamente o instrumento “sistema de informações sobre recursos hídricos” previsto na Lei nº 9.433/97. Com relação ao inciso VII do art. 2º, a CTIL optou pela seguinte definição de portaria de lavra para água mineral: *ato administrativo mediante o qual é outorgado ao interessado o direito ao aproveitamento industrial das jazidas de águas minerais*. Findos os debates, a forma final da proposta de resolução, após modificações pertinentes à CTIL, ficou conforme **Anexo VII** e foi solicitado seu encaminhamento para deliberação superior do Plenário do CNRH, com o parecer favorável desta CTIL. A **Sra. Raquel Scalia**, relatora da CTPOAR, solicitou que a pedido da Câmara, não houvesse requerimento de urgência para apreciação da matéria na Plenária do CNRH do dia 14 de junho de 2007, de forma que fosse analisada numa próxima oportunidade de forma a seguir os prazos regimentais estipulados pelo Regimento Interno do CNRH. O Presidente da CTIL, **Sr. Julio Thadeu Kettelhut** (SRHU/MMA), acatou a solicitação da CTPOAR, entretanto registrou que, como a CTIL já emitiu seu parecer, não caberia nova análise da matéria em Câmaras Técnicas antes de uma deliberação do Plenário do CNRH. **Item 7 - Análise das**

271 **propostas de moções referentes a mudança nas estruturas administrativas estaduais com**  
272 **vistas a implementação das Políticas de Recursos Hídricos:** o Sr. Wilson Azevedo Filho  
273 (Pescadores e Usuários de Água p/ Lazer e Turismo) apontou que algumas reformas  
274 administrativas estaduais poderiam comprometer a gestão de recursos hídricos. Em seguida,  
275 resgatou que na 92ª Reunião da CTIL foi definido que seriam apresentadas três propostas de  
276 moções referentes a este assunto: i) uma dirigida a todos os governadores de Estado e do DF  
277 ratificando as linhas gerais da Moção CNRH nº 16; ii) outra dirigida aos órgãos federais  
278 visando priorizar a transferência de recursos aos Estados que privilegiam a implementação da  
279 PNRH e o funcionamento do SINGREH; iii) e outra dirigida a Estados específicos cuja  
280 (des)estruturação institucional teria comprometido a gestão do sistema de recursos hídricos.  
281 Entretanto, em função do adiantado da hora, sugeriu que a matéria fosse debatida na próxima  
282 reunião da CTIL. O Sr. **Julio Thadeu Kettelhut** (SRHU/MMA) sugeriu que a moção  
283 dirigida a Estados específicos fosse efetivada após convite aos Estados para apresentarem na  
284 CTIL a sua nova estrutura de recursos hídricos. O Sr. **Wilson Azevedo Filho** (Pescadores e  
285 Usuários de Água p/ Lazer e Turismo) concordou com o Sr. **Julio Thadeu Kettelhut**  
286 (SRHU/MMA) e solicitou que na pauta da próxima reunião fosse discriminado um item para  
287 cada uma das outras duas propostas de moções e que, em função do novo adiamento das  
288 discussões, estes itens figurassem entre os primeiros da pauta. Antecipando as discussões, a  
289 Sra. **Neusa Maria Assis** (CERH-RJ/SP) questionou a referência ao Estado de São Paulo na  
290 minuta de moção referente a Estados específicos, pois, a gestão de recursos hídricos do  
291 Estado de São Paulo, que antes estava na Secretaria de Saneamento e Energia, foi transferida  
292 para a Secretaria Estadual de Meio Ambiente. O Sr. **Carlos Hugo Suarez** (MJustiça)  
293 manifestou a preocupação e o constrangimento com o fato do MMA rebaixar a Secretaria de  
294 Recursos Hídricos para uma Diretoria de Recursos Hídricos, o que, para ele, enfraqueceria um  
295 esforço de vários anos. A manifestação contou com o apoio da Sra. **Ninon Machado** (ONGs)  
296 que informou que o FBOMS teria questionado a Ministra Marina Silva sobre a reformulação  
297 do MMA que foi realizada sem prévia discussão com outros atores responsáveis pela  
298 governança do meio ambiente. **Item 8 - Análise da Moção CEIVAP nº 003/2006 que**  
299 **solicita ao CNRH análise, aprovação e solicitação de alteração de decreto presidencial**  
300 **com a nova delimitação da Região Hidrográfica do Estado do Rio de Janeiro:** o Sr. **Julio**  
301 **Thadeu Kettelhut** (SRHU/MMA) informou que recebera comunicado que a Sra. Maria  
302 Aparecida Vargas, do CEIVAP, por problemas de saúde, não compareceria a reunião. Além  
303 disto, informou que a ANA ainda não respondeu o Ofício nº 20/2007/CTIL/CNRH/MMA  
304 (**Anexo VIII**) no qual a CTIL solicita esclarecimento da ANA se a nova área em estudo  
305 fisicamente faz parte da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul ou se trata de incorporação  
306 de outras bacias hidrográficas de águas de domínio estadual ou federal. Desta forma, a  
307 matéria não seria analisada devendo retornar a pauta da CTIL somente após a manifestação da  
308 ANA. **Item 9 - Relato das atividades do GT “Água e Florestas”:** a Sra. **Ninon Machado**  
309 (ONGs), coordenadora do GT, informou que a Comissão Organizadora Executiva da Oficina,  
310 responsável por detalhar a formatação da Oficina Integração Água, Floresta e Solo, ainda não  
311 confirmou o local e a data do evento. Solicitou que o Sr. Marco Amorim provocasse um  
312 retorno do Coordenador da Comissão, Sr. Paulo Toledo, da SMA-SP. **Item 10 - Relato das**  
313 **atividades do GT “Aplicação das diretrizes do PNRH aos empreendimentos**  
314 **hidrelétricos”:** a Coordenadora do GT, Sra. **Martha Sugai**, relatou que o GT não voltou a se  
315 reunir pois estaria aguardando a ANA divulgar a nota de esclarecimento dos entendimentos  
316 da Agência quanto aos arts. 52 e 12, § 2º, da Lei nº 9.433/97. Entretanto, disse que provocaria  
317 os membros do GT para iniciar a elaboração do documento visando responder aos  
318 questionamentos existentes no texto de sua autoria (“*A outorga e a utilização de recursos*  
319 *hídricos para fins de geração de energia elétrica e o Plano Nacional de Recursos Hídricos*”). **Item**  
320 **11 - Relato das atividades do GT “Siapreh”:** o Sr. **Marco Amorim**, relator da CTIL, disse  
321 que o GT se reuniu no dia 16 de maio de 2007 quando a Sra. Maria Manuela Moreira,  
322 coordenadora do GT, realizou uma breve apresentação das respostas recebidas da pesquisa do  
323 SIAPREH, da forma que serão disponibilizadas as informações, e das dificuldades e  
324 incoerências das respostas. Continuou dizendo que as informações do SIAPREH, com dados

de 2006, serão publicizadas em julho de 2007. Por fim, mencionou que a memória da última reunião do GT encontra-se disponível no *site* [www.cnrh-srh.gov.br](http://www.cnrh-srh.gov.br). **Item 12 - Assuntos gerais:** o **Sr. Julio Thadeu Kettelhut** (SRHU/MMA) acusou o recebimento do Ofício nº 07/2007/CTPOAR/CNRH/MMA que sugere revisão do Regimento Interno do CNRH no que tange aos procedimentos da eleição, reeleição e a necessidade de equilíbrio entre os segmentos na Presidência das Câmaras Técnicas do CNRH. Em seguida, sugeriu que a CTIL constituísse um grupo para realizar uma revisão geral do Regimento Interno do CNRH. Não havendo mais manifestações, às 18h00, o **Sr. Julio Thadeu Kettelhut** (SRHU/MMA) agradeceu mais uma vez a todos pelo trabalho realizado ao longo dos anos em que esteve na Presidência da CTIL e encerrou os trabalhos desta 94ª Reunião.

**RESUMO DA REUNIÃO:**

- Item 2: aprovada a ata da 93ª reunião da CTIL, com modificações;
- Item 3: por dificuldade de acordo com palestrantes, não houve a apresentação;
- Item 4: na próxima reunião da CTIL os Usuários de Recursos Hídricos e as Organizações Civis de Recursos Hídricos poderão apresentar seus pontos de vista sobre representatividade no CNRH e foi criado o GT Representatividade para elaborar uma minuta de documento sobre o tema;
- Item 5: a partir do Relatório da ANA, a CTIL definiu os sub-programas do PNRH a serem priorizados para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, para o exercício orçamentário de 2008, e após modificações de forma no texto, foi obtido o parecer favorável desta CTIL para o encaminhamento da proposta de Resolução para deliberação superior do Plenário do CNRH;
- Item 6: após modificações de forma no texto, foi obtido o parecer favorável desta CTIL para o encaminhamento da proposta de Resolução de integração entre a gestão de recursos hídricos e a gestão de águas minerais para deliberação superior do Plenário do CNRH;
- Item 7: foi acordado que as minutas das moções “geral para todos os Estados” e “para órgãos federais” serão analisadas na próxima reunião da CTIL;
- Item 8: não foi analisado em função da ANA não ter respondido a consulta da CTIL e a Sra. Maria Aparecida Vargas, do CEIVAP, não ter comparecido a reunião;
- Item 9: o GT “Água e Floresta” não obteve retorno da Comissão Organizadora Executiva responsável pela formatação da Oficina Integração Água, Floresta e Solo;
- Item 10: embora a ANA não tenha divulgado a nota de esclarecimento sobre a interpretação dos arts. 52 e 12, § 2º, da Lei nº 9.433/97, o membros do GT “Aplicação das Diretrizes do PNRH aos Empreendimentos Hidrelétricos” passarão a elaborar o documento com a interpretação técnica e jurídica destes artigos;
- Item 11: o GT “Siapreh” aguarda a divulgação do resultado da pesquisa do Siapreh em julho de 2007.

Ata aprovada na 95ª Reunião da CTIL realizada em 01 de agosto de 2007.

Julio Thadeu Silva Kettelhut  
Presidente da CTIL

Marco Antônio Amorim  
Relator